



Feminæ

Dicionário Contemporâneo

João Esteves
Zília Osório de Castro
DIREÇÃO

Ilda Soares de Abreu
Maria Emília Stone
COORDENAÇÃO



Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género
Presidência do Conselho de Ministros

Feminae
Dicionário Contemporâneo

Podem ser reproduzidos pequenos excertos desta publicação, sem necessidade de autorização, desde que se indique a respetiva fonte.

Os conteúdos apresentados não exprimem necessariamente a opinião da Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género.

Título

Feminae

Dicionário Contemporâneo

Direção

João Esteves e Zília Osório de Castro

Coordenação

Ilda Soares de Abreu e Maria Emília Stone

Preparação da edição

Divisão de Documentação e Informação

1.ª edição

dezembro, 2013

COMISSÃO PARA A CIDADANIA E A IGUALDADE DE GÉNERO

www.cig.gov.pt

Avenida da República, 32, 1.º, 1050-193 Lisboa – Portugal

Tel.: (+351) 217 983 000

Fax: (+351) 217 983 098

E-mail: cig@cig.gov.pt

Delegação do Norte:

Rua Ferreira Borges, 69, 2.º C, 4050-253 Porto – Portugal

Tel.: (+351) 222 074 370

Fax: (+ 351) 222 074 398

E-mail: cignorte@cig.gov.pt

Aplicação do acordo ortográfico, pré-impressão, impressão e acabamento

Editorial do Ministério da Educação e Ciência

Tiragem

1000 exemplares

Depósito legal

368 238/13

ISBN

978-972-597-372-1 (impresso)

978-972-597-373-8 (pdf)

João Esteves e Zília Osório de Castro
(direção)

Ilda Soares de Abreu e Maria Emília Stone
(coordenação)

Feminae
Dicionário Contemporâneo

Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género
2013

Foi aprovada com 15 valores. Não esteve entre as melhores (o que afasta qualquer suspeita de favorecimento) nem entre as piores. É de realçar que uma mulher com mais de 50 anos, com um estatuto social que não a preparara para o exercício de uma profissão ou para se sujeitar a prestar provas perante um júri, tenha aceitado tal desafio. Pertenceu à Comissão Organizadora da Festa da Flor*, que teve lugar em Lisboa em março de 1917 e cujo produto reverteu para as vítimas da guerra. Em 1918, como a Assistência das Portuguesas às Vítimas da Guerra não foi contemplada com o produto da Festa da Flor, decidiu organizar a Festa do Cravo, no dia de Santo António. Em vários locais da cidade, grupos de associadas vendiam cravos com quadras da autoria de conhecidos poetas portugueses. Temos de entender a ação da condessa de Ficalho no quadro dos deveres das senhoras católicas abastadas, educadas nas responsabilidades para com o próximo desvalido. Assim, quando, logo após o lançamento da Assistência das Portuguesas às Vítimas da Guerra, um jornalista do diário *A Opinião* manifestou a sua simpatia por uma iniciativa reveladora de “patriotismo e humanidade”, Maria Josefa preferiu usar o termo “caridade” por entender que era “a palavra que define melhor o ato de fazer bem aos nossos semelhantes, por amor de Deus”. Sem qualquer apoio a nível oficial, lutando com falta de meios para remediar tantas situações de miséria com que se confrontava, hostilizada pelo sector livre-pensador que pretendia ver na sua atividade uma intenção de proselitismo religioso, não desistiu de apoiar os soldados e suas famílias. Em novembro de 1918, João Chagas, impedido de vir a Portugal na conjuntura aberta por Sidónio Pais e recebendo com mau humor as notícias que lhe chegavam do país, ao referir-se ao regresso dos combatentes, no seu *Diário* anotava num tom crítico: “Também estava, como sempre, a condessa de Ficalho.”

Bib.: *Diário de João Chagas*, Lisboa, Parceria António Maria Pereira, Vol. IV, 1932, p. 386; Maria Lúcia de Brito Moura, “A assistência aos combatentes na I Guerra Mundial – Um conflito ideológico”, *Revista Portuguesa de História*, Tomo 38, FLUC, 2006; *Idem*, “Resistências femininas ao laicismo republicano”, *Mulheres na I República. Percursos, conquistas e derrotas* (coord. Zília Osório de Castro, João Esteves e Natividade Monteiro), Ed. Colibri, 2011, p. 174; *Diário de Notícias*, 20/03/1916, p. 1, col. 7; *O Dia*, 23/03/1916, p. 3, col. 2; *A Opinião*, 25/03/1916, p. 2, col. 2; *O Dia*, 01/06/1916, p. 2, col. 2; *idem*, 22/02/1917, p. 2, col. 3; *A Monarquia*, 05/06/1918, p. 1, col. 5; *idem*, 12/06/1918, p. 1, col. 5; *idem*, 14/06/1918, p. 1, col. 4.
[M. L. B. M.]

Maria Júlia Baptista Guerreiro

Mestra de rendas e piques, a partir de 1892, na oficina de labores femininos da Escola Industrial Rainha D. Amélia, em Setúbal, dirigida por Joaquina Aurélia Baptista Guerreiro*. Nomeada em 15 de dezembro de 1892, iniciou as suas funções com um vencimento de 14\$000 réis mensais, mas um ano mais tarde, na sequência do decreto de organização dos cursos professados nas escolas industriais de 05/10/1893, assinado por Bernardino Machado e João Franco, aquele valor passou a 12\$000. Na sequência do Decreto de 14/12/1897, que reorganizou o ensino nas escolas industriais e de desenho industrial, passou a auferir, como mestra e em conformidade com a tabela anexa ao referido decreto, um vencimento de 300\$000 réis anuais. Ainda exercia à data da implantação da República.

Fontes manuscritas: Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas, Fundo do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, Inspeção das Escolas Industriais e de Desenho Industrial na Circunscrição do Sul, *Livro de Registo do Pessoal de Inspeção e das Respektivas Escolas (1884-1894) e Copiadores de correspondência expedida (1891-1892; 1893; 1894)*. Fontes impressas: Decreto de 14/12/1897, *Diário do Governo*, n.º 283, de 15 de dezembro de 1897; *Anuário Comercial de Portugal, Ilhas e Ultramar (1896-1911)*, Lisboa, 1895-1910. Bib.: Teresa Pinto, “Ensino industrial feminino oitocentista”, *Dicionário do Feminino (séculos XIX-XX)*, Lisboa, Livros Horizonte, 2005, pp. 311-315; *Idem*, *A Formação Profissional das Mulheres no Ensino Industrial Público (1884-1910). Realidades e representações*, Dissertação de Doutoramento, Lisboa, Universidade Aberta, 2008.

[T. P.]

Maria Júlia Canedo

Mestra de bordados, a partir de 1892, na oficina de labores femininos da Escola Industrial Rainha D. Amélia, em Setúbal, dirigida por Joaquina Aurélia Baptista Guerreiro*, auxiliou esta, no ano letivo de 1892/93, no ensino do desenho. Nomeada em 15 de dezembro de 1892, iniciou as suas funções com um vencimento de 10\$000 réis mensais. Um ano mais tarde, na sequência do decreto de organização dos cursos professados nas escolas industriais de 05/10/1893, assinado por Bernardino Machado e João Franco, passou a acumular a regência da oficina de bordados com a de costura e corte, auferindo 18\$000 réis por mês. Com a reforma do ensino nas escolas industriais decretada em 1897, a escola de Setúbal encerrou a oficina de corte e costura, dispensando a respetiva mestra.

Fontes: Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas, Fundo do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, Inspeção das Escolas Industriais e de De-

senho Industrial na Circunscrição do Sul, *Livro de Registo do Pessoal de Inspeção e das Respectivas Escolas (1884-1894) e Copiadores de correspondência expedida (1891-1892; 1893; 1894)*; Decreto de 14/12/1897, *Diário do Governo*, n.º 283, de 15 de dezembro de 1897.

Bib.: Teresa Pinto, “Ensino industrial feminino oitocentista”, *Dicionário no Feminino (séculos XIX-XX)*, Lisboa, Livros Horizonte, 2005, pp. 311-315; *Idem*, *A Formação Profissional das Mulheres no Ensino Industrial Público (1884-1910). Realidades e representações*, Dissertação de Doutoramento, Lisboa, Universidade Aberta, 2008.

[T. P.]

Maria Juliana

Cantora famosa na boémia, extravagante e muito graciosa. Estreou-se no Teatro Alegria, em *Cenas de Boémia*, em novembro de 1887, e ali fez *A Menina Rosa*, comédia em verso, ambas de Jacobety.

Bib.: *O Recreio*, 4.ª série, n.º 16, 28/11/1887, n.º 19, 19/12/1887, pp. 299-300.

[I. S. A.]

Maria Julieta Guimarães Gandra

Antifascista, anticolonialista, lutadora pela independência de Angola, comunista e feminista, esta médica ginecologista e obstetra, com formação inicial em medicina tropical, filha de Mário Pereira Gandra, solicitador e pequeno comerciante, e de Aurora Lemo de Rocha de Castro G. Gandra, irmã de Fernanda, Ângela e do arquiteto Hernâni Gandra (1914-1988), nasceu em 16 de setembro de 1917, em Oliveira de Azeiteiros, e desenvolveu importante atividade política em Angola e em Portugal, com vários anos de prisão. Casada com o médico e poeta nacionalista angolano Ernesto Cochat Osório (Luanda, 15/06/1917-Portimão, 08/05/2002), seu colega na Faculdade de Medicina, de quem teve um filho – Miguel Gandra Cochat Osório, nascido em 1944 – e se divorciou, partiu para Angola a seguir à Segunda Guerra Mundial, onde se distinguiu enquanto clínica que, para além de atender a elite colonial, também se preocupou com as mulheres pobres que viviam no musseque, tendo introduzido o parto sem dor. A sua ousada intervenção cultural e política, convivendo com Agostinho Neto, Arménio Santos, irmão de leite daquele, Lúcio Lara, Paulo Jorge e Amílcar Cabral, aquando da estadia deste nos anos 50, bem como a participação na campanha eleitoral de Humberto Delgado em 1958, onde, num comício no campo de touros de Luanda, se dirigiu às “mães negras” [Ferreira Fernandes], contribuiu para a sua detenção no ano seguinte, acusada de

ter contactos com o Movimento Popular de Libertação de Angola e pertencer ao Partido Comunista, estando também envolvida com o incipiente Partido Comunista de Angola. Detida pela PIDE em Luanda, em 29 de março de 1959, integrada no “Processo dos 50”, que envolveu africanos e europeus, foi inicialmente condenada, pelo Tribunal Militar, a 12 meses de prisão, tendo a pena sido agravada, por decisão do Supremo Tribunal, a quem recorreu, para quatro anos de prisão maior e medidas de segurança de seis meses a três anos. Transferida para Caxias a 8 de novembro de 1960, onde conviveu na mesma cela com Maria Eugénia Varela Gomes e um núcleo importante de militantes e dirigentes comunistas entretanto presas – Aida* e Luísa Paulo*, Alda Nogueira, Fernanda de Paiva Tomás*, Ivone Dias Lourenço* –, iniciou o cumprimento das medidas de segurança em 31 de junho de 1964 e ali permaneceu até 6 de julho de 1965, data em que foi solta condicionalmente, depois de um grande movimento internacional e de ter sido considerada, pela Amnistia Internacional, “Prisioneira de Consciência de 1964”, “distinção” atribuída pela primeira vez a um português. Maria Eugénia Varela Gomes faz, na sua conversa com Manuela Cruzeiro, várias referências a Julieta Gandra, nomeadamente à sua inteligência e capacidade de argumentação e liderança políticas, embora também a critique nalguns aspetos, não tendo havido entre ambas empatia. Durante a permanência na prisão ter-se-á distanciado progressivamente das posições do Partido Comunista e “o afastamento consuma-se já fora da prisão e dá-se a aproximação à extrema-esquerda, se bem que o centro da luta de Julieta fosse a questão colonial” [São José Almeida]. Libertada muito debilitada, manteve a sua postura anticolonialista, visível nas pessoas que passavam por sua casa, na Rua da Ilha do Príncipe, n.º 7, transformada no “santuário do independentismo angolano” [São José Almeida], e o seu consultório médico, na Rua Manuel da Maia, onde empregou Aida Paulo [*idem*], era “um porto seguro para todas as jovens ou mulheres que precisavam de apoio” [Amílcar Sequeira]: “volta a exercer clínica, tornando-se uma das ginecologistas precursoras do uso da pílula em Portugal” [São José Almeida]. Depois do 25 de Abril de 1974, foi em sua casa que se planeou a primeira manifestação anticolonial; aquando da assinatura dos Acordos do Alvor, reencontrou-se com a delegação do MPLA; e voltou a Angola no início do ano se-

[P. P.] **Palmira Parente.** Licenciada em História pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, em 1980, exerceu funções de docência na Escola Secundária de Montemor-o-Velho, é membro da Cooperativa Cultural Teatro dos Castelos, da mesma vila, lecionando atualmente na Escola Secundária Infanta D. Maria, em Coimbra.

[P. S.-L.] **Pedro Sena-Lino** (n. 1977). Doutorando em Literatura Feminina do Século XVII, com uma tese sobre Feliciano de Milão, investigador do projeto “Portuguese Women Writers”. Editou criticamente a poesia de Natércia Freire. Poeta e romancista, professor e autor de manuais de escrita criativa.

[R. A. A. T.] **Rui André Alves Trindade.** Doutorado em História da Arte Medieval pela FCSH da Universidade Nova de Lisboa. A sua atividade como investigador tem sido pautada por diversas conferências proferidas em congressos e instituições universitárias e pela publicação de vários artigos científicos.

[R. G.] **Rita Garnel.** Doutorada em História Contemporânea pela Universidade de Coimbra. Membro do CESNOVA – Centro de Estudos de Sociologia da Universidade Nova de Lisboa. Autora de mais de uma dezena de artigos dispersos por revistas de História, Direito e Filosofia, tem em curso uma investigação sobre políticas de saúde pública no período da I República.

[R. S.] **Rui Santos.**

[S. A. T. S.] **Sónia Armanda Teles e Silva.** Nasceu a 24 de abril de 1963, no Porto. Filha de Maria Armanda Gonçalves Teles e de Hernâni Alfredo Ramalho e Silva. Licenciada em Arquitetura pela Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, em 1988. Colabora, em regime de coautoria e de uma forma permanente, com os arquitetos Sérgio Secca, João Paulo Fernandes e Gustavo Miguel Rebolho. Em dezembro de 2002 constitui a sociedade SJGS Architectos Lda.

[S. C. S.] **Sandra Costa Saldanha.** Diretora do Secretariado Nacional para os Bens Culturais da Igreja. Doutorada em História da Arte pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

[S. L.] **Sandra Leandro.** Doutorada e Mestre em História da Arte Contemporânea pela Universidade Nova de Lisboa. Professora Auxiliar na Universidade de Évora, é, atualmente, diretora-adjunta da Escola de Artes da UÉ. Membro in-

tegrado do Instituto de História da Arte da UNL, é colaboradora de *Faces de Eva* desde o ano 2000.

[S. M.] **Susana Martins.** Mestre e doutoranda em História Contemporânea pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (FCSH/UNL). Investigadora Integrada do Instituto de História Contemporânea – UNL. Professora da Escola Superior de Educação de Lisboa. Ex-colaboradora do Museu da Presidência da República.

[S. P.] **Susana Pinheiro.** Licenciada em História e licenciada em Arqueologia pela Universidade de Lisboa. Mestre em História da Arte pela FCSH da Universidade Nova de Lisboa e doutoranda na mesma Universidade, tendo concluído o Curso de Doutoramento. Investigadora, escritora e professora do Ensino Secundário.

[T. A.] **Teresa Alvarez.** Maria Teresa Alvarez Nunes é licenciada em História e Mestre em Comunicação Educacional Multimédia, tendo defendido tese sobre as representações de género em materiais pedagógicos de História. Investigadora do CEMRI, da Universidade Aberta, do Grupo de Investigação em Estudos sobre as Mulheres, Sociedades e Culturas. Autora da obra *Género e Cidadania nas Imagens de História* (CIDM, 2004) e de diversos artigos sobre a problemática do género em educação. Coordenou o projeto de produção dos guiões de educação *Género e Cidadania*, editados pela CIG entre 2010 e 2012, destinados ao Pré-escolar e ao Ensino Básico.

[T. P.] **Teresa Pinto.** Doutorada e Mestre em Estudos sobre as Mulheres (UAb), licenciada em História (FL-UL) com uma pós-graduação em Economia e Sociologia Históricas (FCSH-UNL). Investigadora do CEMRI-UAb e colaboradora no Mestrado em Estudos sobre as Mulheres da UAb. Investiga sobre trabalho, educação e relações sociais entre mulheres e homens numa perspetiva histórica, tendo vasta obra publicada. Professora do Ensino Secundário e formadora de docentes. Presidente da APEM, dirige a revista científica *ex aequo*.

[V. D.] **Virgínia Dias.** Licenciada em Línguas e Literaturas Modernas, variante de Estudos Portugueses e Ingleses. Mestre em Estudos Anglo-Portugueses. Professora na Escola do Ensino Básico dos 2.º e 3.º Ciclos Maria Veleada. Investigadora de *Faces de Eva. Centro de Estudos sobre a Mulher*.